



**ATA DA REUNIÃO Nº 14
DA CÂMARA COMUNITÁRIA DE QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE
CONSTRUÍDO DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
21 de fevereiro de 2011**

1 No vigésimo primeiro dia do mês de fevereiro do ano dois mil e onze, reuniu-se a Câmara Comunitária
2 de Qualificação do Ambiente Construído do Conselho Municipal de Desenvolvimento sustentável,
3 Conselho da Cidade, em caráter extraordinário, na Sala de reuniões da Conurb, à Rua XV de
4 Novembro, nº 1.383, Bairro América, às dezessete horas e trinta minutos, atendendo à convocação do
5 coordenador Lauri do Nascimento e do Presidente do Conselho da Cidade, Luiz Alberto de Souza,
6 para tratar da seguinte pauta: a) Leitura do edital de convocação; b) Leitura e aprovação da ata da
7 reunião anterior; c) Nova Lei de Ordenamento Territorial. A reunião foi iniciada às dezessete horas e
8 quarenta e cinco minutos, e tendo sido dispensada a leitura do edital de convocação os conselheiros
9 iniciaram o debate sobre a nova Lei de Ordenamento Territorial. O coordenador Lauri salientou a
10 necessidade de verificar a questão do crescimento, pois os números expostos são estarrecedores,
11 pois nove milhões de habitantes para Joinville é muita gente. A conselheira Giana May Sangói
12 esclareceu que isso seria possível se todo o potencial construtivo da cidade fosse utilizado. Lauri
13 lembrou que temos algumas restrições de construção, e que a Fundema quer que se aplique o Código
14 Florestal Brasileiro; caso esse seja aplicado em Joinville, não teremos todo esse potencial construtivo.
15 O conselheiro Mário Eugênio Boehm crê que esse número é fantasioso. O conselheiro Gilberto Pires
16 Gayer lembrou que o Conselho da Cidade tem uma parte governamental e outra não governamental, e
17 é representado por diversos segmentos da cidade, que têm maneiras diferentes de pensar a cidade. A
18 pergunta que devemos fazer é: “Que tipo de cidade nós queremos para o futuro?”. Temos uma cidade
19 de quinhentos mil habitantes, com graves problemas de mobilidade, de congestionamentos que não
20 tínhamos há cinco anos atrás. A cidade está mudando drasticamente em curto período de tempo.
21 Temos que projetar uma cidade para daqui a dez anos, com seiscentos ou setecentos mil habitantes,
22 e para isso precisamos mudar alguns conceitos. O conselheiro Renério Elias Leite Neto disse que se
23 for diminuída a área de ocupação do município, cria-se restrições para o acesso da população, e não
24 sabe se essa restrição é interessante para a cidade. Em sua opinião, se houver restrições as
25 indústrias também não viram mais para Joinville, irão para Araquari, porque lá é mais fácil de se
26 instalar. Se a cidade não crescer mais, acabará criando dificuldades para todos. Lauri disse que todos
27 deveriam pensar e discutir uma proposta do que é bom. Como estão se formando aglomerações
28 populacionais, temos que pensar caminhos e considerar tendências. Giana frisou que é melhor crescer
29 com planejamento e ordenamento do que crescer à revelia. A conselheira Rosana Barreto Martins
30 comentou que não há como conseguir a “Joinville que queremos”, pois se cercarmos a cidade ela
31 cresce verticalmente, e a Joinville que queremos é uma cidade com qualidade. Giana ressaltou que
32 queremos uma cidade acessível, com mobilidade, pois não adianta ter uma cidade ideal e maravilhosa
33 e a mobilidade não acontecer. Na opinião de Rosana, Joinville poderia se manter com
34 desenvolvimento constante, com um crescimento mais desacelerado, mas essas são opções que a
35 cidade faz pela qualidade de vida, qualidade ambiental, qualidade de moradia e qualidade de
36 transporte. Lauri disse que para isso devem ter uma definição de qualidade de vida, e tentar colocar
37 isso dentro do plano de ocupação, e não permitir mudanças casuais e tão frequentes. Renério disse
38 que deveriam deixar a lei “amarrada” para que não se possa mudá-la daqui há dez anos, pois a
39 infraestrutura de uma cidade leva trinta anos para se formar. Giana disse que hoje há leis que não são
40 para mudar a situação geral, mas sim para casos específicos. Rosana ressaltou que é necessário
41 transporte coletivo de qualidade, e comentou que há cidades em que não se usa carro na área central,
42 apenas bicicletas e transporte coletivo. Lauri falou que isso é muito complexo, e dada a relevância do
43 assunto é necessário mais informações e formação de base. Rosana disse que analisou o material
44 encaminhado, e quanto à taxa de ocupação, o objetivo é “Garantir prédios mais esbeltos e com maior
45 possibilidade de alternativas volumétricas, permitindo, assim, edificações com maior grau de conforto
46 ambiental (ventilação, insolação, outros)”. Em sua opinião, isso é perfeito, mas pergunta-se o motivo
47 de “prédios mais esbeltos”. Existe uma lógica no sistema de ventilação; há vários prédios com



48 números de pavimentos diferentes para o ar poder circular, e que em Joinville a velocidade do vento é
49 de três vírgula quatro, considerada baixa. Disse que uma proposta se contrapõe à outra, há
50 divergências. Mário sugeriu que se escolham bem as áreas de ZR1, e não se permita prédios, nem
51 agora e nem no futuro. Lauri disse que a proposta é trocar zona residencial, central e industrial por
52 área urbana de adensamento prioritário, secundário, especial, controlado e de proteção ambiental, e
53 que a questão seria adensar mais ou não adensar. Gilberto Gayer lembrou que, no dia da
54 apresentação, foram mostradas algumas áreas onde o adensamento é necessário (não na cidade
55 inteira), e que em áreas pouco adensadas a verticalização não é um “bicho de sete cabeças”. Disse
56 que o adensamento é necessário. Temos que dar oportunidade para outras pessoas morarem, e não
57 podemos ser elitistas. Esse adensamento, contudo, deve ser ordenado, deve-se definir que áreas
58 deveriam ser verticalizadas. Giana falou sobre as zonas residenciais, que dão uma falsa ilusão
59 preferencial. Esclareceu que os usos serão determinados posteriormente. Renério disse também ter
60 entendido assim, que estão trocando os nomes e posteriormente definirão os tipos de uso e a taxa de
61 ocupação. Gilberto lembrou que, quando sugeriu essa reunião extraordinária, sua intenção era trazer
62 alguém do Ippuj tirar dúvidas. Rosana perguntou à conselheira Giana sobre o termo "infraestrutura", e
63 concordou com sua resposta, pois citou água, luz, esgoto, pavimentação e transporte coletivo. Rosana
64 disse, contudo, que isso é diferente de equipamento urbano, e acrescentou que, quando o órgão
65 público fala em "adensar áreas providas de infraestrutura", é necessário lembrar que Joinville, em
66 grande parte, já é provida dessa infraestrutura, e esse não seria o motivo de adensar certas áreas,
67 pois seriam muitas áreas em condições iguais. Como "equipamento urbano" é diferente de
68 infraestrutura, Rosana pediu para a Giana classificar o que é "infraestrutura urbana". A conselheira
69 Rosana comentou também que o loteador deve deixar vinte e cinco por cento para arruamento e
70 calçadas, e dez por cento da área para equipamentos urbanos, e questionou que na proposta
71 apresentada é possível doar área em outro local que não o do próprio loteamento. Disse que quando
72 trabalhou no órgão público na época do Prefeito Freitag, havia grande dificuldade em conseguir áreas
73 para equipamentos comunitários (escolas, jardins de infância, ambulatórios e outros), pois herdamos
74 da época do prefeito Violantino Rodrigues a problemática das áreas de dez por cento serem em outro
75 local que não no próprio loteamento, que precisaria dessa área para implantar tais equipamentos.
76 Lauri explicou que isso é para pequenos loteamentos, e Rosana questionou “porque não reverter em
77 área verde no próprio local”? Giana disse que não faz sentido fazer um loteamento em área retirada se
78 há áreas em locais com infraestrutura. Lauri disse que estão precisando mais esclarecimentos e
79 informações, e é necessária uma definição mais ampla da proposta. Rosana sugeriu que se
80 colocassem as dúvidas por escrito, e disse que tem muitas interrogações. Renério sugeriu acrescentar
81 também os receios desta Câmara. Mário informou que o loteador hoje é obrigado a instalar toda a
82 infraestrutura e que toda vegetação suprimida tem que ser repostada em outra área a ser adquirida;
83 comentou também que há muita burocracia para se fazer um loteamento. Nada mais havendo a tratar,
84 às dezenove horas foi encerrada a reunião. Ficam registradas as justificativas de ausência das
85 conselheiras Águida Regina Felício de Campos e Nilzete Farias Hoenicke, e do conselheiro Andrei
86 Adriani Michels. Eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, redigi a
87 presente ata com base nas anotações de Dulcinéia Maria da Silva, relatora da reunião. A ata vai
88 assinada pelo coordenador, por mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, vinte e um de fevereiro
89 de dois mil e onze.

Lauri do Nascimento
Coordenador da Câmara Comunitária
de Qualificação do Ambiente Construído do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade



**Fundação Instituto de Pesquisa e
Planejamento para o Desenvolvimento
Sustentável de Joinville**



GT4 – Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído do Conselho da Cidade

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Andrei Adriani Michels	- ausente - Marta Regina Heinzelmann	- ausente - Francisco Mauricio Jauregui	Mário Eugênio Boehm
I - Entidades Empresariais			
Renato de Souza Godinho	- ausente - Francisco João de Paula	Renério Elias Leite Neto	Jonas Fernandes Klug
II - Entidades de trabalhadores			
Gilberto Pires Gayer	Giana May Sangói	Rosana Barreto Martins	- ausente - Ilanil Coelho
III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa			
- ausente - Nilzete Farias Hoenicke	- ausente - Águida Regina Felício de Campos	- ausente - Ivandro de Souza	- ausente - Franklin Urresta Orbe
IV - Organizações não Governamentais (ONG's)			
- ausente - Thalles Vieira	- ausente - Elizabeth Tamanini	Lauri do Nascimento	- ausente - Alexandra Turnes de Souza
V - Movimentos Sociais			

Relatora: Dulcinéia Maria da Silva

Joinville, 21 de fevereiro de 2011